

CARGO: OFICIAL LEGISLATIVO

PERÍODO TARDE

CONCURSO PÚBLICO 001/2026 CÂMARA MUNICIPAL DE PARANACITY/PR

Atenção: Confira seu cargo e leia todas as instruções constantes no seu Caderno de Questões e Folha de Respostas.

1. Seu caderno deve conter 50 (cinquenta) questões, com 04 (quatro) alternativas, assim dispostas:

Disciplina	Composição
Língua Portuguesa	01 a 10
Informática	11 a 15
Matemática/Raciocínio Lógico	16 a 20
Conhecimentos Específicos	21 a 50

2. A Prova terá duração de 3h30min (três horas e trinta minutos), incluindo preenchimento da Folha de Respostas.
3. Após sua identificação, você deverá permanecer dentro da sala, sendo permitida a saída somente acompanhado de um fiscal e após 30min (trinta minutos) do início da prova.
4. Para uso do sanitário e/ou beber água, você deverá solicitar ao Fiscal de Sala e somente levantar após autorização.
5. O candidato só poderá sair da sala em definitivo após 1h (uma hora) do início da prova.
6. Ao deixar a sala definitivamente, não poderá utilizar o sanitário dos candidatos que ainda estão realizando prova, e só poderá levar o Caderno de Questões restando 1h (uma hora) para o final da prova.
7. Enquanto estiver realizando a Prova é proibido utilizar materiais de consulta, livros, apostilas, calculadoras, régua, quaisquer equipamentos eletrônicos, chapéus, bonés, e/ou similares, conforme constante no edital de abertura. Caso o fiscal constate alguma irregularidade irá anotar em Ata da Sala, para devidas providências da Comissão Organizadora.
8. Sobre sua carteira deverá permanecer somente documento oficial original com foto, caneta de tinta azul ou preta de corpo transparente, Caderno de Questões e Folha de Respostas.
9. Você poderá utilizar seu Caderno de Questões para rascunho.
10. Você receberá do Fiscal de Sala a Folha de Respostas definitiva. Confira seus dados e em caso de erro, chame o fiscal. Após conferir, **assine no campo destinado à assinatura do candidato**. Em hipótese alguma ela será substituída caso o candidato dobre, amasse, rasgue ou molhe. Cuidado, pois esse será o único documento válido para correção.
11. Caso algum equipamento eletrônico emita som, mesmo que desligado e lacrado no plástico de pertences, o candidato portador do equipamento será automaticamente eliminado do concurso.
12. Transcreva suas respostas para Folha de Respostas com caneta de tinta azul ou preta de corpo transparente. **Atenção:** verifique na Folha de Respostas a forma correta de preenchimento.
13. Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasurada, em branco ou preenchidas de forma diferente das instruções serão anuladas.
14. Após terminar sua Prova avise o Fiscal, pois ele autorizará a entrega da sua Folha de Respostas e Caderno de Questões, se for o caso.
15. Caso algum candidato seja flagrado na tentativa de fraude, esse será automaticamente eliminado do Concurso, ainda sujeito a processo civil ou criminal.
16. Qualquer questionamento ou dúvidas devem ser feitos em voz alta ao fiscal.
17. Os 03 (três) últimos candidatos deverão sair juntos da sala, após a conferência e lacre do material da sala.
18. Guarde a autorização do Fiscal para iniciar sua Prova.



-----DESTAQUE AQUI-----

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20		
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40		
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50												

Língua Portuguesa

Leia o texto para responder as questões.

O que está por trás do aumento de navios abandonados no mar
David Waddell

Ao longo do último ano, houve um grande aumento no número de petroleiros e outras embarcações comerciais que vêm sendo abandonados por seus proprietários ao redor do mundo. O que está por trás desse aumento repentino? E qual é o impacto humano sobre os marinheiros mercantes afetados?

Ivan (nome fictício) falou com a BBC no mês passado a partir de um petroleiro que permanece abandonado fora das águas territoriais da China. Ele é um funcionário sênior de convés.

“Houve falta de carne, grãos, peixe — coisas simples para a sobrevivência”, disse o funcionário russo. “Isso afetou nossa saúde e o clima operacional a bordo.

A tripulação estava com fome, a tripulação estava com raiva, e tentávamos sobreviver apenas dia após dia.”

O navio — que não será identificado para proteger Ivan — transporta cerca de 750 mil barris de petróleo bruto russo, com valor nominal de aproximadamente US\$ 50 milhões (R\$ 260 milhões). Ele havia zarpado do Extremo Oriente da Rússia em direção à China no início de novembro.

A embarcação foi dada como abandonada em dezembro pela federação sindical internacional International Transport Workers’ Federation (ITF), após a tripulação relatar que não recebia salários havia meses.

O navio permanece em águas internacionais. O nível de escrutínio em torno do caso é tal que a China, ao que tudo indica, não está disposta a permitir sua entrada em um porto.

No entanto, a ITF interveio para garantir o pagamento dos salários de Ivan e de seus colegas até dezembro, além de organizar o envio de alimentos, água potável e outros itens essenciais para o navio.

Embora alguns tripulantes tenham sido repatriados, a maioria, como Ivan, continua a bordo.

Segundo a ITF, 20 navios foram abandonados ao redor do mundo em 2016. Em 2025, esse número saltou para 410, com 6.223 marinheiros mercantes afetados. Ambos os números do ano passado representaram um aumento de quase um terço em relação a 2024.

A instabilidade geopolítica é apontada como um dos principais fatores por trás do crescimento recente. Conflitos generalizados em várias partes do mundo e a pandemia de covid-19 provocaram interrupções nas cadeias de suprimento e grandes variações nos custos de frete, fazendo com que algumas empresas tenham dificuldade para se manter operando.

Mas a ITF afirma que a crescente presença das chamadas “frotas fantasmas” pode ter contribuído para o forte aumento registrado no ano passado.

Esses navios — geralmente petroleiros, como aquele em que Ivan está preso — costumam ser embarcações antigas, de propriedade obscura, muitas vezes sem condições adequadas de navegação, provavelmente sem seguro e com operações perigosas. Em geral, eles navegam sob bandeiras de conveniência (FOCs, na sigla em inglês), ou seja, são registrados em países com fiscalização regulatória muito limitada.

As embarcações dessas frotas fantasmas tentam operar fora do radar para ajudar países como Rússia, Irã e Venezuela a exportar petróleo bruto em violação às sanções ocidentais.

O caso da Rússia é um exemplo. Após a invasão da Ucrânia, em fevereiro de 2022, o país passou a enfrentar

sanções que limitaram o preço que poderia cobrar por seu petróleo.

Ainda assim, a Rússia encontrou compradores dispostos a pagar valores mais altos, como China e Índia — embora esta última tenha agora se comprometido a interromper as compras, conforme os termos de um recente acordo comercial com os Estados Unidos.

As bandeiras de conveniência (FOCs, na sigla em inglês) são usadas por navios mercantes há mais de um século como forma de os proprietários contornarem leis e regulações em seus países de origem. Nos anos 1920, por exemplo, era comum que navios de passageiros de propriedade americana fossem registrados no Panamá para driblar as normas da Lei Seca nos EUA e vender álcool a bordo.

Panamá, Libéria e Ilhas Marshall são hoje os Estados mais comuns de bandeira de conveniência, respondendo por 46,5% de todos os navios mercantes em termos de tonelagem. Mas a Gâmbia se tornou um novo ator nesse cenário nos últimos anos.

Em 2023, não havia nenhum petroleiro registrado na Gâmbia. Já em março do ano passado, o país havia se tornado, no papel, o Estado anfitrião de 35 dessas embarcações. Os países que oferecem esse tipo de registro recebem taxas consideráveis.

Navios com bandeira de conveniência aparecem com destaque nos casos de abandono. Em 2025, eles representaram 337 embarcações — ou 82% do total. O número exato de navios de “frotas fantasmas” dentro desse grupo não é claro, mas, dado o estado precário dessas embarcações e as estruturas de propriedade obscuras por trás delas, tudo indica que isso expõe tanto os navios quanto suas tripulações a riscos maiores.

De acordo com as diretrizes da Organização Marítima Internacional (IMO), um marinheiro é considerado abandonado quando o armador deixa de arcar com os custos de sua repatriação, ou o deixa sem a cobertura de custos e o apoio necessários, ou ainda rompe unilateralmente o vínculo com ele. Este último caso inclui a falta de pagamento dos salários contratuais por um período mínimo de dois meses.

O secretário-geral da ITF, Stephen Cotton, disse à BBC que “o abandono não é um acidente”. E acrescentou: “Os marinheiros, na verdade, não sabem exatamente para onde estão indo. Eles assinam um contrato, vão para alguma outra parte do mundo e se deparam com muitos desafios diferentes.”

No ano passado, tripulações da marinha mercante abandonadas ao redor do mundo tinham, juntas, US\$ 25,8 milhões em salários atrasados, segundo dados de duas agências da ONU, a Organização Marítima Internacional (IMO) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A ITF afirma ter recuperado e devolvido quase dois terços desse valor, o equivalente a US\$ 16,5 milhões. No navio em que Ivan está, os salários atrasados somavam cerca de US\$ 175 mil no momento da primeira intervenção da ITF.

A nacionalidade mais afetada pelo abandono marítimo em 2025 foi a indiana, com 1.125 marinheiros — 18% do total. Filipinos (539) e sírios (309) aparecem em segundo e terceiro lugar.

Em setembro do ano passado, para proteger sua importante comunidade de trabalhadores do mar, o governo da Índia colocou na lista negra 86 embarcações estrangeiras por casos de abandono de marinheiros e violações de direitos. As investigações constataram que muitas delas tinham proprietários impossíveis de rastrear ou não recebiam qualquer resposta dos Estados de bandeira.

Mark Dickinson é secretário-geral do Nautilus International, um sindicato que representa profissionais do setor marítimo.

Ele responsabiliza os Estados que oferecem bandeiras de conveniência (FOCs) por uma “completa abdicação de

responsabilidade” em relação às suas frotas mercantes e às tripulações que navegam sob essas bandeiras.

Segundo ele, é preciso haver “um vínculo genuíno entre os proprietários dos navios e as bandeiras sob as quais eles navegam”. Esse vínculo já é exigido pelo direito marítimo internacional, mas não existe uma definição universalmente aceita do que ele significa na prática.

O navio de Ivan navegava sob uma bandeira gambiana falsa, sem registro e desconhecida pelas autoridades da Gâmbia. Desde então, ele foi aceito provisoriamente sob a bandeira de outro país africano, que, segundo informações, abriu uma investigação formal sobre a embarcação.

O inspetor da ITF Nathan Smith disse que espera que o destino do petroleiro só seja resolvido quando o petróleo for transferido para outro navio por meio de uma operação de navio a navio em alto-mar.

Ivan afirma que, no futuro, será muito mais cuidadoso ao escolher em que navio vai trabalhar.

“Com certeza vou ter uma conversa adequada sobre as condições da embarcação, sobre pagamento e provisões. E vou recorrer à internet, onde podemos ver quais navios são proibidos, quais estão sob sanções.”

Marinheiros como Ivan muitas vezes ficam à mercê dos contratos disponíveis. Com as viagens das chamadas frotas fantasmas sendo uma peça-chave da cadeia de suprimento do petróleo russo, será necessária uma cooperação internacional maior para proteger os trabalhadores do mar dos riscos inerentes ao serviço marítimo.

Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd9gd4ee4zvo>

1. De acordo com a compreensão geral do texto, assinale a alternativa que apresenta o principal motivo para o aumento de navios abandonados.

- a) A falta de tecnologia de navegação na Gâmbia.
- b) O desejo dos marinheiros de viverem em águas internacionais.
- c) Fatores como instabilidade geopolítica e a pandemia de covid-19.
- d) O excesso de seguro das embarcações comerciais.

2. Na frase “Ivan (nome fictício) falou com a BBC...”, “Ivan” pertence a qual classe gramatical?

- a) Adjetivo.
- b) Substantivo próprio.
- c) Pronome pessoal.
- d) Verbo.

3. Analise: “...um petroleiro que permanece abandonado fora das águas territoriais da China”, a palavra destacada é classificada morfologicamente como

- a) adjetivo.
- b) preposição.
- c) advérbio de lugar.
- d) conjunção integrante.

4. Analise: “A tripulação estava com fome, a tripulação estava com raiva...”, o sujeito de ambos os verbos é classificado como

- a) sujeito simples.
- b) sujeito oculto.
- c) sujeito composto.
- d) sujeito inexistente.

5. Observe o uso dos travessões em: “O navio — que não será identificado para proteger Ivan — transporta cerca de...”. Sua função no texto é

- a) indicar a fala direta de um personagem.
- b) corrigir um erro gramatical na frase anterior.
- c) iniciar uma lista de itens essenciais.
- d) substituir vírgulas para isolar uma oração explicativa.

6. Analise a estrutura sintática do período: “Ivan afirma que, no futuro, será muito mais cuidadoso ao escolher em que navio vai trabalhar”. Sobre a oração destacada, assinale a alternativa que apresenta sua classificação correta.

- a) Oração subordinada substantiva objetiva direta.
- b) Oração subordinada adjetiva restritiva.
- c) Oração coordenada sindética explicativa.
- d) Oração subordinada adverbial consecutiva.

7. Analise: “...responsabiliza os Estados que oferecem bandeiras de conveniência (FOCs) por uma ‘completa abdicação de responsabilidade’ em relação às suas frotas mercantes...”. O uso do acento grave (crase) justifica-se, porque

- a) trata-se de uma locução adverbial de tempo feminina.
- b) é facultativo antes de pronomes possessivos femininos no plural.
- c) o verbo “responsabilizar” é regido pela preposição “a”.
- d) o termo “em relação” exige a preposição “a” e o substantivo “frotas” é feminino e está determinado pelo artigo “as”.

8. Considere o trecho: “Embora alguns tripulantes tenham sido repatriados, a maioria, como Ivan, continua a bordo”. Sobre a conjunção destacada, assinale a alternativa que apresenta sua relação.

- a) Causa, pois a repatriação gerou a permanência dos demais.
- b) Concessão, introduzindo um fato que não impede a permanência da maioria.
- c) Condição, estabelecendo um requisito para ficar a bordo.
- d) Consequência, indicando o resultado do abandono.

9. Sobre a concordância verbal em: “Houve um grande aumento no número de petroleiros...”, assinale a alternativa correta.

- a) O verbo está no singular por ser impessoal (sentido de existir), não possuindo sujeito.
- b) O verbo “houve” está no singular porque o sujeito é “um grande aumento”.
- c) Se a palavra fosse “existiram”, a frase continuaria gramaticalmente correta sem outras mudanças.
- d) O verbo deveria estar no plural (“Houveram”) para concordar com “petroleiros”.

10. Analise a formação da voz verbal em: “A embarcação foi dada como abandonada em dezembro...”. Ao transpor essa frase para a voz ativa, mantendo o sentido, o correto seria

- a) “Deram a embarcação como abandonada em dezembro.”
- b) “Abandonaram-se a embarcação em dezembro.”
- c) “Abandonou-se a embarcação em dezembro.”
- d) “A embarcação estava abandonada em dezembro”.

Informática

11. No Windows 10, existe um recurso responsável por armazenar temporariamente arquivos e pastas excluídos pelo usuário, permitindo sua restauração ao local original, desde que não tenham sido removidos permanentemente ou que o espaço reservado a esse recurso não tenha sido excedido. Considerando a descrição apresentada, assinale a alternativa que apresenta o item do Windows 10 ao qual o texto se refere.

- a) Lixeira.
- b) Memória RAM.
- c) Desfragmentador de Disco.
- d) Arquivo Temporário.

12. O Microsoft Excel 365 (versão português) disponibiliza diversas funções estatísticas e matemáticas que auxiliam na análise de dados inseridos em planilhas eletrônicas, permitindo obter resultados de forma rápida e precisa. Nesse contexto, relacione corretamente as funções com suas respectivas finalidades descritas e assinale a alternativa com a sequência correta.

- 1. = SOMA
- 2. = MÉDIA
- 3. = MODO.ÚNICO
- 4. = MÁXIMO

- () Retorna o maior valor presente em um intervalo de células.
- () Calcula a média aritmética dos valores de um intervalo.
- () Realiza a soma de todos os valores numéricos de um intervalo.
- () Retorna o valor que ocorre com maior frequência em um conjunto de dados.

- a) 1 – 3 – 2 – 4.
- b) 2 – 1 – 4 – 3.
- c) 3 – 4 – 2 – 1.
- d) 4 – 2 – 1 – 3.

13. Considere o seguinte cenário: durante a elaboração de um relatório no Microsoft Word 365 (versão português), Marcela precisa aplicar formatação de texto para atender às normas de apresentação exigidas. Para isso, ela ajusta alinhamento, espaçamento, estilos e recursos de formatação disponíveis na guia Página Inicial. Considerando esse cenário, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. O alinhamento Justificado distribui o texto uniformemente entre as margens esquerda e direita, podendo ser aplicado por meio do atalho Ctrl + J.
- II. O espaçamento entre linhas pode ser configurado por meio do grupo Parágrafo, permitindo valores como simples e 1,5.
- III. A utilização de Estilos possibilita aplicar um conjunto padronizado de formatações ao texto, facilitando a uniformização e alterações no documento.
- IV. É possível aplicar negrito, itálico e sublinhado simultaneamente a um texto selecionado, utilizando os comandos disponíveis na guia Página Inicial ou seus respectivos atalhos de teclado.

- a) Apenas IV está correta.
- b) Apenas II e III estão corretas.

- c) Apenas I, II e IV estão corretas.
- d) Todas estão corretas.

14. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

No contexto da Segurança da Informação, os vírus de computador apresentam características específicas que os diferenciam de outros programas maliciosos. Um vírus, na maioria das vezes necessita de _____ para se propagar, geralmente anexando-se a arquivos ou _____, e sua execução depende, na maioria dos casos, do(a) _____ do arquivo infectado.

- a) conexão externa / sistema operacional exclusão
- b) ação humana / programas / execução
- c) falhas técnicas / dispositivos / instalação
- d) permissões / componentes / atualização

15. A Internet possibilita o acesso a informações, serviços e comunicação em escala global, sendo amplamente utilizada para navegação, pesquisa e troca de dados. A partir dessas informações, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Todos os sites disponíveis na Internet podem ser acessados livremente, independentemente de restrições de acesso, autenticação ou permissões definidas pelos administradores.
- () A navegação na Internet elimina os riscos à segurança da informação, desde que o usuário utilize um navegador atualizado.
- () Ferramentas de busca permitem localizar informações específicas na Internet por meio do uso de palavras-chave.
- () Serviços de correio eletrônico, redes sociais e plataformas de compartilhamento fazem parte dos recursos disponibilizados na Internet.

- a) V – F – V – F.
- b) F – V – F – V.
- c) F – F – V – V.
- d) V – V – F – F.

Matemática/Raciocínio Lógico

16. A razão entre dois números naturais é $\frac{3}{5}$. Sabendo que a soma desses números é 64, os números são:

- a) 18 e 30.
- b) 24 e 40.
- c) 27 e 45.
- d) 30 e 50.

17. Um comerciante compra um produto por R\$ 200,00 e o vende por R\$ 260,00. O lucro percentual obtido foi de

- a) 25%
- b) 30%
- c) 35%
- d) 40%

18. Determine o valor de $\log_5 125 + \log_2 8$

- a) 4.
- b) 5.
- c) 6.
- d) 7.

19. Um ângulo inscrito em uma circunferência mede 35° . A medida do arco correspondente é de
- 35°
 - 70°
 - 140°
 - 180°
20. A soma das raízes de uma equação do segundo grau é 6 e o produto é 5. A equação correspondente é
- $x^2 - 6x + 5 = 0$
 - $x^2 + 6x - 5 = 0$
 - $x^2 - 5x + 6 = 0$
 - $x^2 + 5x - 6 = 0$

Conhecimentos Específicos

21. Sobre licitação, quanto à revogação e anulação da licitação, assinale a alternativa incorreta.
- A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, mediante decisão escrita e fundamentada da autoridade competente.
 - A licitação deverá ser anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão escrita e fundamentada, sendo facultada a convalidação do ato, desde que não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
 - A anulação da licitação pela Administração ou pelo Poder Judiciário retroagirá à data do ato viciado, exceto quanto aos efeitos já consumados.
 - A revogação ou a anulação da licitação somente poderá ocorrer antes da homologação, não sendo admitida em fase posterior do procedimento.
22. Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. O tema refere-se aos contratos administrativos, especificamente quanto aos recursos e representações da legislação de licitações e contratos:
- os recursos administrativos previstos na legislação de licitações e contratos devem observar os princípios do contraditório e da ampla defesa, sendo assegurado ao interessado o direito de vista dos elementos indispensáveis à defesa.
 - o recurso contra atos da Administração em matéria de licitações e contratos deve ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da intimação ou da lavratura da ata, conforme o caso.
 - a representação é o instrumento utilizado para provocar a Administração acerca de irregularidades na aplicação da legislação de licitações e contratos, devendo ser formulada por escrito e instruída com provas ou indícios.
 - o recurso administrativo possui efeito suspensivo automático, de modo que a decisão recorrida não poderá produzir efeitos até o julgamento definitivo pela autoridade competente.
- Apenas I e II estão corretas.
 - Apenas II e III estão corretas.
 - Apenas I, II e III estão corretas.
 - Todas estão corretas.

23. Sobre os atributos dos atos administrativos, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas. O atributo da _____ garante que o ato administrativo se impõe independentemente da concordância do particular, sendo obrigatório o seu cumprimento. Já a _____ permite que o ato administrativo seja presumido válido até prova em contrário, cabendo ao administrado demonstrar eventual vício. Por sua vez, a _____ autoriza a Administração a modificar ou extinguir atos administrativos, quando presentes razões de interesse público, sem necessidade de anuência do destinatário.
- imperatividade / presunção de legitimidade / autoexecutoriedade
 - tipicidade / publicidade / exigibilidade
 - legalidade / motivação / finalidade
 - eficiência / razoabilidade / proporcionalidade
24. No âmbito do Processo Administrativo, a doutrina majoritária enfatiza que a atuação da Administração deve observar princípios como legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade e proporcionalidade, os quais se refletem diretamente na condução dos atos processuais. Além disso, a legislação estabelece prazos, garantias e requisitos formais que asseguram o contraditório e a ampla defesa, bem como a necessidade de motivação explícita e congruente das decisões. Considerando esses aspectos doutrinários e legais, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- O processo administrativo deve observar, entre outros, os princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa e contraditório, sendo estes expressamente previstos em lei.
 - É assegurado ao administrado o direito de apresentar alegações e documentos antes da decisão, bem como de ter vista dos autos, salvo em casos de sigilo legal, conforme previsto em lei.
 - A Administração Pública tem prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, para decidir, salvo disposição legal específica.
 - A motivação dos atos administrativos deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de pareceres, informações ou decisões anteriores.
- Apenas I e III estão corretas.
 - Apenas II, III e IV estão corretas.
 - Apenas I, II e IV estão corretas.
 - Todas estão corretas.

25. Sobre Registro de Preços, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.
1. Órgão gerenciador.
 2. Órgão participante.
 3. Ata de registro de preços.
 4. Carona (adesão a ata).
- () É o instrumento vinculativo e obrigatório que formaliza os preços registrados e as condições de fornecimento.
- () É a unidade administrativa responsável pela condução do procedimento e pela gestão da ata de registro de preços.
- () É a unidade administrativa que participa do procedimento conduzido pelo órgão gerenciador, assumindo o compromisso de contratar conforme sua necessidade.
- () É a possibilidade de órgão ou entidade não participante aderir à ata de registro de preços, observados os limites e condições estabelecidos.
- a) 3 – 1 – 2 – 4.
 - b) 1 – 2 – 3 – 4.
 - c) 3 – 2 – 1 – 4.
 - d) 4 – 3 – 2 – 1.
26. O Regime Jurídico dos servidores públicos municipais de Paranaity/PR, disciplinado pela Lei nº 1.379/2002, estabelece normas sobre provimento, direitos, deveres, responsabilidades e formas de desligamento dos agentes públicos, buscando assegurar a legalidade, a moralidade administrativa e a supremacia do interesse público. Considerando os dispositivos dessa lei, assinale a alternativa incorreta.
- a) O ingresso em cargo público municipal depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
 - b) O servidor público municipal adquire estabilidade após três anos de efetivo exercício, desde que aprovado em avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
 - c) Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, destinando-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento, conforme previsto na Lei nº 1.379/2002.
 - d) O servidor público municipal estável somente poderá perder o cargo mediante processo administrativo disciplinar, assegurada ampla defesa, não sendo admitida a perda do cargo por decisão judicial.
27. Considerando o disposto na legislação a seguir e na prática administrativa, analise as assertivas e assinale a alternativa correta. O órgão de registro cadastral é a unidade administrativa responsável por organizar e manter atualizado o cadastro de fornecedores, permitindo que empresas interessadas participem de licitações de forma mais ágil e transparente. A Lei nº 14.133/2021 disciplina sua atuação, estabelecendo regras para inscrição, atualização e utilização dos dados cadastrais.
- I. O órgão de registro cadastral deve manter sistema informatizado que permita a inscrição e atualização dos dados dos fornecedores, assegurando publicidade e transparência.
 - II. O registro cadastral é facultativo, não constituindo requisito obrigatório para participação em licitações, salvo quando a Administração exigir habilitação prévia.
 - III. A inscrição no registro cadastral pode ser feita a qualquer tempo, não se restringindo ao período de abertura de licitação.
 - IV. O órgão de registro cadastral pode recusar a inscrição de fornecedor que não atenda às exigências legais, devendo fundamentar sua decisão.
- a) Apenas I e II estão corretas.
 - b) Apenas II e III estão corretas.
 - c) Apenas I, III e IV estão corretas.
 - d) Todas estão corretas.
28. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.
- A Lei nº 14.133/2021 prevê hipóteses em que a Administração Pública pode contratar diretamente, sem a realização do procedimento competitivo. Essas hipóteses se dividem em duas categorias distintas. O(A) _____ ocorre quando, embora exista possibilidade de competição, a lei autoriza a contratação direta em situações específicas, como em casos de emergência ou de baixo valor. Já o(a) _____ se caracteriza pela inviabilidade de competição, como na contratação de serviços técnicos especializados de natureza singular, prestados por profissionais ou empresas de notória especialização.
- a) dispensa de licitação / inexigibilidade de licitação
 - b) credenciamento / registro de preços
 - c) pregão / concorrência
 - d) contratação integrada / contratação semi-integrada

29. **A formalização dos contratos administrativos é etapa essencial que garante segurança jurídica, transparência e vinculação ao instrumento convocatório. A Lei nº 14.133/2021 estabelece requisitos mínimos, como a obrigatoriedade de cláusulas essenciais, a forma escrita e a publicação resumida do instrumento. Além disso, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal reforçam a necessidade de previsão orçamentária e respeito aos princípios da legalidade e publicidade. Sendo assim, considerando os aspectos legais e doutrinários, assinale a alternativa correta que condiz com a realidade legal.**
- Os contratos administrativos podem ser realizados verbalmente, desde que haja previsão orçamentária e concordância entre as partes.
 - A formalização dos contratos administrativos deve ser feita por escrito, conter cláusulas essenciais previstas em lei e ser acompanhada de publicação resumida, assegurando transparência e vinculação ao edital.
 - A formalização dos contratos administrativos dispensa a publicação resumida do instrumento, bastando a assinatura das partes.
 - A formalização dos contratos administrativos pode ocorrer sem previsão orçamentária, desde que haja interesse público relevante e justificativa da autoridade competente.
30. **Os serviços técnicos profissionais especializados possuem natureza intelectual e exigem da Administração critérios de escolha que assegurem qualidade técnica e compatibilidade com o interesse público. A Lei nº 14.133/2021 prevê hipóteses em que a contratação pode ocorrer por inexigibilidade de licitação, especialmente quando a singularidade do objeto e a notória especialização do contratado tornam inviável a competição. Considerando esses aspectos legais e doutrinários, assinale a alternativa que corresponde à realidade normativa.**
- A inexigibilidade de licitação pode ser utilizada sempre que houver interesse da Administração em contratar diretamente, independentemente da natureza do objeto.
 - A contratação direta de serviços técnicos especializados dispensa a necessidade de comprovação de notória especialização do contratado.
 - A inexigibilidade de licitação exige a demonstração da inviabilidade de competição, a singularidade do objeto e a notória especialização do contratado.
 - A contratação de serviços técnicos especializados pode ocorrer sem justificativa técnica, bastando previsão orçamentária.
31. **O pregão é modalidade de licitação prevista na Lei nº 14.133/2021, destinada à aquisição de bens e serviços comuns, caracterizada pela disputa de lances sucessivos. Considerando os aspectos legais, assinale a alternativa que corresponde à realidade normativa.**
- O pregão é utilizado exclusivamente para obras de engenharia, sendo vedado para aquisição de bens e serviços comuns.
 - O pregão é modalidade restrita às contratações de serviços técnicos especializados de natureza singular.
 - O pregão dispensa a necessidade de disputa de lances, bastando a apresentação de propostas iniciais.
 - O pregão é modalidade de licitação destinada à aquisição de bens e serviços comuns, podendo ser realizado de forma presencial ou eletrônico.
32. **Os atos administrativos possuem atributos que os distinguem dos atos de direito privado, conferindo-lhes prerrogativas próprias da Administração Pública. Entre esses atributos, destacam-se a presunção de legitimidade, a imperatividade e a autoexecutoriedade, que asseguram eficácia imediata e supremacia do interesse público. Considerando os atributos dos atos administrativos, assinale a alternativa que corresponde à realidade normativa.**
- A presunção de legitimidade significa que o ato administrativo é considerado válido até prova em contrário.
 - A imperatividade permite que o ato administrativo produza efeitos apenas mediante concordância do particular.
 - A autoexecutoriedade garante que o ato administrativo só pode ser cumprido após decisão judicial autorizando sua execução.
 - A tipicidade assegura que o ato administrativo deve corresponder a uma forma previamente definida em lei, não se confundindo com imperatividade ou presunção de legitimidade.
33. **Os agentes públicos estão sujeitos a diferentes formas de responsabilidade em razão de sua atuação, podendo responder nas esferas civil, penal e administrativa. A Constituição Federal prevê a responsabilização por danos causados a terceiros, bem como sanções por atos de improbidade administrativa. A legislação sobre o tema disciplina as hipóteses de improbidade e as respectivas sanções, enquanto a doutrina destaca a independência relativa entre as instâncias de responsabilização. Assim, considerando os aspectos legais e doutrinários sobre as responsabilidades dos agentes públicos, assinale a alternativa que corresponde à realidade normativa.**
- A responsabilidade civil dos agentes públicos é afastada quando o dano decorre de ato praticado no exercício da função, cabendo exclusivamente ao Estado responder.
 - O agente público pode responder simultaneamente nas esferas civil, penal e administrativa, sendo as instâncias relativamente independentes entre si.
 - A responsabilidade administrativa só pode ser aplicada se houver condenação penal transitada em julgado.
 - A responsabilidade por atos de improbidade administrativa depende da comprovação de dolo específico, não podendo gerar sanções de natureza política.

34. **A execução dos contratos administrativos está sujeita à observância das normas fiscais e orçamentárias. A inexecução fiscal, caracterizada pelo descumprimento de obrigações tributárias ou previdenciárias pelo contratado, pode gerar consequências relevantes para a continuidade contratual e para a responsabilização da Administração. A Lei nº 14.133/2021 prevê hipóteses de sanções e rescisão, enquanto a Lei de Responsabilidade Fiscal reforça a necessidade de controle e regularidade fiscal como condição para a execução contratual. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.**
- a) A inexecução fiscal não pode gerar sanções contratuais, pois se trata de obrigação acessória desvinculada da execução do objeto.
 - b) A inexecução fiscal pode acarretar sanções como advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e até rescisão contratual, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.
 - c) A inexecução fiscal só gera consequências se houver comprovação de dolo específico do contratado, não bastando o simples inadimplemento das obrigações tributárias.
 - d) A inexecução fiscal não pode ser causa de rescisão contratual, pois a Administração deve assumir integralmente os riscos fiscais do contratado.
35. **A Administração Pública pretende contratar, por meio de procedimento licitatório, a aquisição de materiais de escritório padronizados e de fácil especificação técnica. Considerando as modalidades de licitação e a disciplina do pregão, assinale a alternativa correta.**
- a) A modalidade adequada é sempre a concorrência, independentemente da natureza do bem.
 - b) Para bens padronizados, a inexigibilidade de licitação é a regra, em razão da padronização.
 - c) A tomada de preços é obrigatória para a aquisição de bens de pequeno valor, mesmo quando há padronização.
 - d) O pregão, presencial ou eletrônico, é a modalidade adequada para aquisição de bens e serviços comuns, definidos pela sua padronização e especificação por características usuais do mercado.
36. **Na execução dos contratos administrativos, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro é princípio assegurado pela Constituição e pela Lei nº 14.133/2021 e alterações, que trata de licitações. O reajuste periódico cobre variações previsíveis de mercado, mas situações excepcionais podem demandar revisão extraordinária, quando fatos supervenientes alteram substancialmente as condições originais da proposta. Nesse contexto, uma Administração contratou obra pública com cláusula de reajuste anual por índice setorial. Após 18 meses, o contratado requereu revisão extraordinária alegando desequilíbrio por variação abrupta de insumos não contemplados pelo índice. Sendo assim, assinale a alternativa que corresponde ao regime jurídico aplicável.**
- a) O contratado não tem direito a qualquer revisão extraordinária, pois o reajuste anual já cobre todas as variações de mercado.
 - b) A Administração é obrigada a aceitar automaticamente qualquer pedido de revisão apresentado pelo contratado.
 - c) A Administração deve analisar o pedido e, se comprovado o desequilíbrio, promover a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observadas as regras legais e a necessidade de motivação.
 - d) A revisão extraordinária só é possível mediante decisão judicial, não administrativa.
37. **Um agente público com cargo comissionado praticou ato que, embora formalmente dentro de suas atribuições, resultou em enriquecimento ilícito de empresa privada ligada a seu cônjuge. Considerando as esferas de responsabilização do agente público, assinale a alternativa correta.**
- a) O agente pode ser responsabilizado administrativamente, civilmente e penalmente, conforme apuração dos fatos e provas, não havendo exclusão automática de qualquer esfera.
 - b) A responsabilização penal exclui automaticamente a responsabilização administrativa.
 - c) A responsabilização civil só ocorre se houver condenação penal transitada em julgado.
 - d) A Administração não pode aplicar sanções administrativas enquanto houver investigação criminal em curso.
38. **Um órgão público aderiu a ata de registro de preços firmada por outro ente federado para aquisição de materiais. Após o uso intensivo, o órgão verificou que os preços registrados não mais refletiam o mercado e que a quantidade prevista na ata foi ultrapassada. Sendo assim, assinale a alternativa que reflete a realidade normativa do sistema de registro de preços e da Lei nº 14.133/2021 e alterações.**
- a) A adesão à ata transfere automaticamente ao aderente a responsabilidade exclusiva pela atualização dos preços registrados.
 - b) A ata de registro de preços é vinculante e imutável quanto a preços e quantidades para todos os aderentes.
 - c) A adesão à ata de registro de preços é permitida, mas a Administração deve observar limites quantitativos e a necessidade de reavaliação de preços; se houver desequilíbrio, deve adotar medidas previstas em lei, inclusive nova licitação.
 - d) A adesão à ata impede a Administração de realizar licitação própria para o mesmo objeto enquanto a ata estiver vigente.

39. O credenciamento, como instituto de contratação direta previsto no art. 79 da Lei nº 14.133/2021 e alterações, é utilizado pela Administração Pública para ampliar a rede de prestadores de serviços ou fornecedores em condições previamente estabelecidas. Trata-se de procedimento que não se confunde com modalidade de licitação, mas que integra o regime jurídico das contratações públicas. Considerando essas características, assinale a alternativa que não corresponde ao credenciamento.
- É um procedimento administrativo de chamamento público que permite a habilitação de todos os interessados que atendam às condições fixadas pela Administração.
 - Busca não envolver disputa de preços entre os credenciados, pois todos são contratados em condições padronizadas previamente estabelecidas.
 - Manter-se como hipótese de contratação direta, fundamentada na inviabilidade de competição, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.
 - Trata-se de modalidade de licitação que exige lances em sessão pública, semelhante ao pregão.
40. No âmbito da Lei nº 14.133/2021, que trata de licitações, o processo orçamentário é essencial para assegurar a compatibilidade entre planejamento e execução das contratações públicas.
- O processo orçamentário é etapa facultativa, podendo ser dispensado em contratações diretas.
 - O processo orçamentário vincula-se ao Plano Plurianual, à LDO e à LOA, garantindo previsibilidade financeira.
 - O processo orçamentário é exclusivo para obras e serviços de engenharia.
 - O processo orçamentário é realizado apenas após a homologação da licitação.
41. No processo licitatório estabelecido na Lei nº 14.133/2021 e alterações, quando do julgamento das propostas, a Administração deve observar critérios objetivos previamente definidos no edital. Qual desses critérios considerará, entre outros fatores, o ciclo de vida do objeto licitado?
- Maior desconto.
 - Maior lance, no caso de leilão.
 - Maior retorno econômico.
 - Melhor técnica ou conteúdo artístico.
42. Nos termos da Lei nº 14.133/2021 e alterações, que trata de licitações, a habilitação é etapa essencial do procedimento licitatório, destinada a verificar a capacidade jurídica, técnica, fiscal e econômico-financeira dos licitantes, exceto:
- a habilitação pode ser parcial ou total, conforme exigências do edital.
 - a habilitação pode ser dispensada em licitações de obras públicas de pequeno valor, desde que o edital assim preveja.
 - a habilitação verifica documentos que comprovam regularidade fiscal e trabalhista.
 - a habilitação pode ser realizada antes ou depois do julgamento das propostas, conforme previsto no edital.
43. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, que trata de licitações, a execução do contrato poderá ser suspensa em quais hipóteses específicas, devidamente fundamentadas?
- A suspensão implica automaticamente a rescisão contratual.
 - A suspensão só pode ser determinada pelo contratado.
 - A suspensão é vedada em contratos de obras públicas.
 - A suspensão pode ser determinada pela Administração em razão de interesse público devidamente motivado.
44. Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma e assinale a alternativa com a sequência correta. Os serviços técnicos profissionais especializados são contratações que exigem maior rigor por parte da Administração, pois envolvem atividades intelectuais de natureza singular, como consultoria, auditoria, fiscalização, supervisão, gerenciamento e elaboração de projetos. Nessas situações, a escolha do prestador deve observar critérios objetivos, como a comprovação de experiência reconhecida, desempenho anterior ou publicações relevantes, de modo a garantir a qualidade e a credibilidade do serviço.
- () A contratação desses serviços pode ocorrer sem licitação, quando houver natureza singular e qualificação reconhecida.
 - () Entre os serviços técnicos especializados estão consultoria, auditoria, fiscalização, supervisão, gerenciamento e elaboração de projetos.
 - () A competência diferenciada deve ser demonstrada por evidências objetivas, como experiência anterior ou produção técnica.
 - () É obrigatório que tais serviços sejam contratados sempre por pregão eletrônico, independentemente da sua natureza.
- V – V – V – F.
 - F – V – V – F.
 - V – F – F – V.
 - V – V – F – F.
45. Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma e assinale a alternativa com a sequência correta. Os processos administrativos são instrumentos formais utilizados pela Administração Pública para organizar, instruir e decidir sobre demandas que envolvem direitos, deveres e interesses dos administrados. Devem observar princípios como legalidade, publicidade, eficiência e contraditório, assegurando transparência e participação.
- () O processo administrativo deve respeitar princípios como legalidade, publicidade, eficiência e contraditório.
 - () A decisão administrativa pode ser tomada sem necessidade de motivação, desde que atenda ao interesse público.
 - () A participação do administrado é garantida por meio do direito ao contraditório e à ampla defesa.
 - () A publicidade dos atos processuais é regra, salvo hipóteses legais de sigilo.
- V – F – V – V.
 - V – V – F – V.
 - F – V – V – F.
 - V – F – F – V.

46. No âmbito das licitações públicas, os órgãos de registro cadastral constituem instrumentos auxiliares que podem ser utilizados pela Administração para organizar e simplificar a habilitação dos licitantes. Qual é a característica que melhor define sua finalidade e aplicação?
- São obrigatórios em todas as modalidades de licitação.
 - Substituem integralmente o edital de licitação.
 - São facultativos e podem ser utilizados para simplificar a habilitação.
 - São exclusivos para licitações de obras públicas.
47. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, segundo o art. 117, os contratos administrativos devem observar regras específicas quanto à sua execução e fiscalização. Sendo assim, assinale a alternativa que não está em conformidade com essas disposições.
- Devem ser precedidos de projeto básico.
 - Podem ser iniciados sem previsão orçamentária.
 - Devem observar normas técnicas e de segurança.
 - Podem ser contratados por empreitada por preço global.
48. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.
O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar, entre outras, quanto ao atendimento aos princípios, _____ e _____.
- padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho / condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado
 - processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente / a viabilidade da divisão do objeto em lotes
 - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor / o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo
 - ao parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso / a responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento
49. O Regime Jurídico Único do Município de Paracity/PR, instituído pela Lei Ordinária nº 1.379/2002 e alterações, disciplina a organização administrativa e a atuação dos agentes públicos municipais, estabelecendo direitos, deveres, responsabilidades e regras sobre provimento e vacância de cargos. Sendo assim, assinale a alternativa que traduz fielmente o conteúdo desse regime jurídico.
- Regula exclusivamente procedimentos de contratação pública, sem tratar da relação funcional entre servidores e Administração.
 - Possui natureza sancionatória, aplicando-se apenas em hipóteses de infrações penais contra o patrimônio público.
 - Define o vínculo jurídico entre o Município e seus servidores, estabelecendo direitos, deveres e responsabilidades funcionais.
 - Limita-se a normas de caráter organizacional interno, sem previsão de sanções ou responsabilidades administrativas.
50. Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma sobre o recebimento do objeto contratual na legislação de licitações e contratos administrativos e assinale a alternativa com a sequência correta.
- O recebimento provisório do objeto contratual ocorre após a execução, em caráter preliminar, para verificação da conformidade com as especificações.
 - O recebimento definitivo deve ser precedido de vistoria e aceitação formal pela Administração, confirmando que o objeto atende às condições pactuadas.
 - O recebimento provisório dispensa qualquer conferência técnica, bastando a entrega física do objeto.
 - O recebimento definitivo pode ser realizado sem termo circunstanciado, mesmo em contratos de grande vulto ou complexidade.
- V – V – F – V.
 - F – V – V – F.
 - V – V – F – F.
 - V – F – V – F.